



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE
24/02/26

REQUERIMENTO Nº 58 /2026.

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal,

A Vereadora infra-assinada, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, requer que Vossa Excelência encaminhe expediente ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Administração, com cópia à Secretaria Municipal de Fazenda e à Procuradoria-Geral do Município, solicitando informações detalhadas acerca dos cargos públicos efetivos do Município e da concessão de complementação remuneratória para fins de alcance do salário mínimo nacional.

Requer-se que sejam encaminhadas as seguintes informações, preferencialmente em planilha e em formato aberto, **em dados consolidados (sem identificação nominal de servidores)**, observada a legislação vigente de proteção de dados pessoais:

1. Relação completa de todos os cargos de provimento efetivo existentes na Administração Direta e Indireta do Município, com a respectiva denominação, carreira/quadro (quando houver), nível/classe/padrão, jornada de trabalho e escolaridade exigida;
2. Para cada cargo efetivo: quantitativo de cargos criados por lei; quantitativo atualmente ocupado; quantitativo vago; e quantitativo de servidores efetivos ativos em exercício;
3. Para cada cargo efetivo: valor do vencimento-base (ou subsídio, se for o caso) vigente, indicando a norma que o fixou e eventuais tabelas remuneratórias aplicáveis;
4. Quantidade de servidores efetivos que recebem complementação remuneratória (abono/complemento) para assegurar o pagamento do salário mínimo nacional, discriminando por cargo e por órgão/entidade, com indicação do mês de referência;
5. Série histórica dos últimos 12 (doze) meses: número de servidores efetivos que receberam complementação ao salário mínimo e o valor total despendido mensalmente com tal rubrica (em valores globais e por cargo, se possível);
6. Critérios e metodologia de cálculo utilizados para a complementação remuneratória ao salário mínimo; a rubrica utilizada na folha de pagamento; e a base legal/administrativa que fundamenta sua concessão;

[Assinatura]



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

7. Informação sobre previsão orçamentária e fonte de custeio da complementação remuneratória, bem como eventuais impactos financeiros estimados para o exercício de 2026;

8. Esclarecimento se existe planejamento para recomposição/adequação do vencimento-base dos cargos cujos valores estejam abaixo do salário mínimo, de modo a reduzir a necessidade de complementação remuneratória, indicando medidas, prazos e estudos eventualmente existentes.

9. À Procuradoria-Geral do Município: informar quantas ações judiciais foram propostas por servidores municipais visando a cobrança de diferenças salariais e respectivos reflexos financeiros, indicando, no mínimo: (a) quantidade de ações ajuizadas nos últimos 5 (cinco) anos, discriminadas por ano; (b) número de ações em curso e encerradas; (c) valores envolvidos (valor da causa e/ou estimativa do passivo/provisionamento, quando existente); (d) valores já pagos (acordos, RPV e/ou precatórios) e (e) estimativa do impacto financeiro dessas demandas para o exercício de 2026 e, se possível, para exercícios subsequentes.

Justificativa: O presente requerimento busca assegurar transparência e controle social sobre a estrutura de pessoal do Município, bem como compreender a extensão e o custo da complementação remuneratória necessária para garantir o pagamento do salário mínimo, permitindo avaliação técnica e legislativa acerca da política remuneratória, planejamento orçamentário e eventuais medidas de valorização do servidor público, em consonância com os princípios da Administração Pública e com a Lei de Acesso à Informação.

SALA DAS SESSÕES, 11 de fevereiro de 2026.


VEREADORA SIMONE DO CARMO